

OECD *Multilingual Summaries*

Development Co-operation Report 2014

Mobilising Resources for Sustainable Development

Summary in Portuguese



Leia todo o livro em: [10.1787/dcr-2014-en](https://doi.org/10.1787/dcr-2014-en)

Relatório sobre Cooperação para o Desenvolvimento 2014

Mobilização de recursos para um desenvolvimento sustentável

Sumário em Português

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio atingem a maturidade em 2015, mas são inúmeros os desafios que persistem em matéria de desenvolvimento, e há outros que estão a surgir. Os objetivos pós 2015 que estão agora em discussão por parte da comunidade internacional sob os auspícios da Assembleia Geral das Nações Unidas vão congregar as preocupações de cariz social, ambiental e económico num conjunto único de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Este Relatório sobre Cooperação para o Desenvolvimento (o segundo numa trilogia sobre os objetivos pós-2015) suscita a pergunta: O que pode ser feito para mobilizar os recursos necessários para financiar a concretização destes objetivos?

Como financiar o desenvolvimento sustentável?

A ajuda pública ao desenvolvimento (APD) foi considerada, até há pouco tempo, como a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento (Capítulo 1). Contudo, vão ser necessários muito mais recursos para financiar um conjunto mais alargado de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ao mesmo tempo, a APD representa apenas uma parte dos fluxos destinados a apoiar o desenvolvimento: ascendendo a aproximadamente USD 135 mil milhões em 2012, a APD representou apenas 28% de todos os fluxos públicos e privados dos 29 países membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE. Em termos globais, em 2012, os países em desenvolvimento receberam USD 474 mil milhões dos países do CAD, incluindo APD e “outros fluxos do setor público”: financiamento disponibilizado por entidades públicas em condições próximas das condições do mercado e/ou com motivação comercial (Capítulo 4); financiamento privado em condições de mercado, como investimento estrangeiro direto (Capítulo 5); e subsídios particulares de fundações filantrópicas e organizações não-governamentais (ONG) (Capítulos 8 e 9). Esta situação é reflexo da crescente diversidade nas opções financeiras que são disponibilizadas aos países em desenvolvimento - opções que se apresentam em moldes cada vez mais inovadores, e que têm grande potencial para influenciar a obtenção de financiamentos adicionais (Capítulos 6, 11 e 15).

O manancial de ideias constantes do presente Relatório sobre Cooperação para o Desenvolvimento é testemunho desta nova era de oportunidades no financiamento do desenvolvimento. Os países em desenvolvimento estão a apoiar-se mutuamente através da cooperação Sul-Sul (Capítulo 3); as fundações, doações diretas (Capítulo 8) e empreendedorismo social (Capítulo 16) estão a oferecer novas opções; e as remessas dos trabalhadores migrantes encerram grande potencial. Mas nem todos estes tipos de financiamento podem assentar nos mesmos princípios de base da APD - nem tão pouco podem todos eles ter como objetivo o desenvolvimento sustentável.

Todas estas questões exigem um novo olhar sobre o papel da APD relativamente a outros recursos.

Além disso, existem outras razões - que não de índole financeira - para que seja analisado o papel da cooperação para o desenvolvimento no contexto dos esforços que visam um desenvolvimento sustentável ao nível global:

- O desenvolvimento sustentável já não é uma questão de o “Norte” conceder “ajuda” ao “Sul”; é, sim, uma questão de uma partilha equilibrada de oportunidades, responsabilidades e opções.
- Há um número crescente de países que estão a fomentar o seu próprio desenvolvimento e a providenciar, eles mesmos, a cooperação para o desenvolvimento (Capítulo 2).
- A redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável articulam-se cada vez mais nos progressos que visam a solução de “problemas que não têm passaporte” – guerras e conflitos (Capítulo 19), desafios ambientais e climáticos (Capítulo 18), um ambiente de precariedade financeira, condições de trocas desiguais (Capítulo 21) e doenças infecciosas – problemas que as abordagens tradicionais em matéria de desenvolvimento não estão preparadas para resolver (Capítulo 17).

A resolução de desafios globais desta envergadura exige a contribuição de todos os intervenientes, sendo que cada um deles tem de assumir responsabilidade pela ação individual e coletiva.

A APD continua a ser importante

No contexto destas janelas de oportunidade cada vez mais alargadas e dos desafios crescentes, a APD continua a ser um fator crucial para o desenvolvimento sustentável, sobretudo quando utilizada de forma estratégica e “inteligente”. Por exemplo:

- A APD pode disponibilizar meios e apoio cruciais para os países frágeis e menos desenvolvidos que têm dificuldade em atrair ou angariar outros recursos (Capítulo 19).
- A APD pode ser utilizada para tornar o investimento apelativo em situações de elevado risco através da distribuição e da partilha dos riscos, bem como através da criação de incentivos (Capítulos 11, 12 e 15).
- A APD pode ajudar os países a aumentar e gerir os seus próprios recursos internos mediante a criação de capacidade e a partilha de boas práticas (Capítulos 7 e 14).
- A APD pode apoiar a criação de uma conjuntura que propicie o desenvolvimento e os investimentos através da reforma das políticas em domínios como o investimento e as trocas comerciais (Capítulos 12 e 21).

O desenvolvimento será cada vez mais sustentado por recursos endógenos

Os países em desenvolvimento estão a utilizar de forma crescente o seu potencial para fomentarem o seu próprio desenvolvimento e libertarem-se da dependência da “ajuda”. Fazem-no, por exemplo:

- Reforçando a capacidade dos seus sistemas tributários. Em termos absolutos, as receitas dos impostos são inequivocamente superiores às da APD: o total das receitas fiscais em 2012 em África foi dez vezes superior ao valor da ajuda ao desenvolvimento prestada àquele continente (Capítulos 1, 7 e 14).
- Procurando formas criativas de tirar partido do conjunto crescente de remessas dos trabalhadores imigrados no estrangeiro. As remessas são a maior fonte de financiamento externo para muitos países em desenvolvimento, atingindo os USD 351 mil milhões em 2012 – um valor que ultrapassa o montante da APD e do investimento estrangeiro direto (Capítulo 10).
- Criando a conjuntura e as políticas necessárias à captação de investimento por parte das empresas de outros países, incluindo outros países em desenvolvimento (Capítulo 12).
- Combatendo a corrupção e a perda de dinheiro através de fluxos financeiros ilegítimos (Capítulo 13).

Próximos passos

O mundo pode financiar o desenvolvimento sustentável: os recursos existem. O desafio que se coloca à comunidade global está em fazer um levantamento das opções de financiamento disponíveis e no

aproveitamento, coordenação e seguimento das mesmas com vista à concretização dos objetivos pós 2015. Algumas das ações chave destacadas neste relatório incluem:

- Direcionamento da APD para onde ela é mais necessária – os países menos desenvolvidos e os estados frágeis – e sua utilização na mobilização de outros recursos.
- Reformulação do conceito de APD de modo a garantir que a mesma é adequada ao fim a que se destina na conjuntura financeira atual.
- Utilização, segundo princípios inovadores, de todas as fontes de financiamento com potencial para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável global pós 2015.
- Aperfeiçoamento da cooperação e do fortalecimento mútuo entre todos os financiadores relativamente aos esforços que visem a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pós 2015.
- Apoio à reforma das políticas ao nível local e global no domínio dos impostos, financiamento, investimento e trocas comerciais, e garantia da coerência entre as políticas internas e internacionais.
- Intensificação da legislação e da cooperação necessárias para estancar os fluxos internacionais ilícitos.
- Adoção de uma postura de coragem e inovação no financiamento de bens públicos mundiais como, por exemplo, um clima de estabilidade ou a paz e a segurança, e início da criação das estruturas e mecanismos necessários à sua concretização.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate. rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal, 75116

Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights



[Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE \(OECD iLibrary\)!](#)

© OECD (2014), *Development Co-operation Report 2014: Mobilising Resources for Sustainable Development*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/dcr-2014-en